FUNCIONÁRIO PÚBLICO — PENA DISCIPLINAR — ABANDONO DE CARGO

— A aplicação da pena disciplinar por falta ao serviço, não impede a demissão do funcionário por abandono de cargo, quando completado o período de 60 dias de ausência.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. Nº 45.130-62

Presidência da República, Consultoria-Geral da República. E. M. nº 037 de 25 de junho de 1964. “Aprovo. Em 26 de junho de 1964.” (Enc. ao M. Aer. em 1º de julho de 1964.)

OFÍCIO-PARECER Nº 037

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o processo PR nº 45.130-62, que se encontrava em exame nesta Consultoria-Geral da República.

2. Trata-se de inquérito administrativo instaurado para apurar irregularidades atribuídas a Clodomiro Alexandre da Silva, Bombeiro Hidráulico do Ministério da Aeronáutica, que faltou ao serviço por mais de 60 dias, interpoladamente, sem justa causa.

3. A defesa do indiciado alegou já ter o mesmo sido punido com pena de suspensão, convertida em multa, em vários dias que faltou ao serviço. Assim, não poderia agora sofrer a pena de demissão prevista no § 2º do art. 207, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, porquanto, em assim fazendo estaria ferido o princípio do *bis in idem*.

4. Há conflito de entendimento entre a Divisão do Pessoal e a Consultoria Ju-

ridica daquele Ministério, sobre a matéria.

5. A razão parece estar com a Consultoria Jurídica.

6. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União — Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — prevê, no art. 207, § 2º, a pena de demissão por abandono de cargo, de servidor que, durante o período de 12 meses, faltar ao serviço 60 dias, interpoladamente, sem causa justificada.

7. No caso em exame o funcionário tendo faltado ao serviço determinados dias, sofreu por essa falta, pena de suspensão convertida em multa. Posteriormente, incorrendo na mesma falta, sofreu nova e idêntica punição. Tendo, entretanto, completado mais de 60 faltas não justificadas, incorreu, agora, na sanção do § 2º do art. 207, da Lei nº 1.711-52.

8. Não vejo como se possa argumentar com o princípio do *bis in idem* para atender ao interessado. Não há, na hipótese, duplicidade de pena. Por haver injustificadamente faltado ao serviço mais de 60 vezes, no período de um ano, está sendo demitido e nada mais.

9. Se assim não fôsse, e prevalecendo o entendimento que as penalidades já aplicadas excluiriam as faltas correspondentes das parcelas que se somam para verificação das 60 faltas interpoladas previstas na forma estatutária, de duas uma: ou não se aplicariam penalidades, senão a de demissão depois das 60 faltas, ou, em caso contrário, jamais seriam alcançadas as ditas 60 faltas para demissão.

A desídia demonstrada pelo servidor tinha sanção legal prevista e lhe foi

corretamente aplicada. A reincidência continuada enquadrou-o no âmbito angusto de *outro dispositivo legal*. A demissão, portanto, está amparada pela Lei (§ 2.º, art. 207, Lei n.º 1.711-52).

11. É o meu parecer que submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos do meu mais alto apreço.
— *Adroaldo Mesquita da Costa*, Consultor-Geral da República.